

Edição 224 |  
Março de 2022  
Publicação do  
Sindicato dos Professores  
Municipais de Santa Maria

# primeira classe

Ilustração: Elias



# 21,05% NÃO É PISO!

**Revisão aprovada não chega perto do Piso Nacional. Página 4**  
**Tabelas atualizadas. Página 5**

**Editorial: As muitas lutas de 2022 para o magistério. Página 2**

## EDITORIAL

## RECOMEÇAR, SEMPRE NA LUTA

Prezadas (os) colegas, com muita satisfação e orgulho trazemos a primeira versão do Jornal Primeira Classe de nossa gestão (2021/2024). Iniciamos mais um ano letivo dentro de um contexto de retorno 100% presencial. Lutamos por respeito, valorização, estrutura e, ainda, por manter a Lei do Piso Nacional do Magistério viva, garantindo todos os seus efeitos (salarial e planejamento). A falta de professores e funcionários para o início das aulas tem sido marcas recorrentes da gestão Jorge Pozzobom/Lúcia Madruga. Ainda, 2022 traz, talvez, as eleições gerais mais importantes da história, onde a participação efetiva da educação se fará necessária para que possamos realmente consolidar um modelo representativo.

A pandemia asseverou e acentuou todas as mazelas da educação pública, fazendo com que alunos, famílias e professores tivessem que se reinventar para poder dar conta das demandas irracionais e falta de estrutura. Além disso, os constantes ataques à nossa jornada de trabalho com aulas síncronas, assíncronas e pilhas de planilhas exigiram atuação contínua de nossa entidade, no sentido de combater a tentativa de extrapolar as jornadas de trabalho docente. Aproveitando-se do momento, prefeitos se organizaram e foram à Brasília na tentativa de derrubar nossa maior conquista, a Lei do Piso. Por aqui, fortalecemos e nos juntamos às agendas de nossa entidade nacional (CNTE), por entender que somente a luta coletiva pode fazer resistência nesses tempos tão obscuros.

O prefeito “apaixonado pela educação” (e que nunca pagou o piso) aceita passivamente que, ano após ano de suas duas gestões, alunos, famílias e profissionais da educação enfrentem a falta de professores, estagiários e funcionários no início do ano letivo. Realizar concurso público é fundamental, porém colocar esses profissionais em atuação é ainda mais importante. A burocracia que engessa a SMED é responsabilidade do Prefeito e da Secretária de Educação. Minimamente fazer aquilo que tanto cobram das direções já seria uma grande evolução.

Colegas, vivemos em um modelo democrático representativo onde a cada dois anos vamos às urnas renovar nossas esperanças de construir uma Cidade, Estado e País melhores e mais justos. 2022 exigirá dos educadores e educadoras um protagonismo ainda maior, pois os ataques à educação não são mais vela-

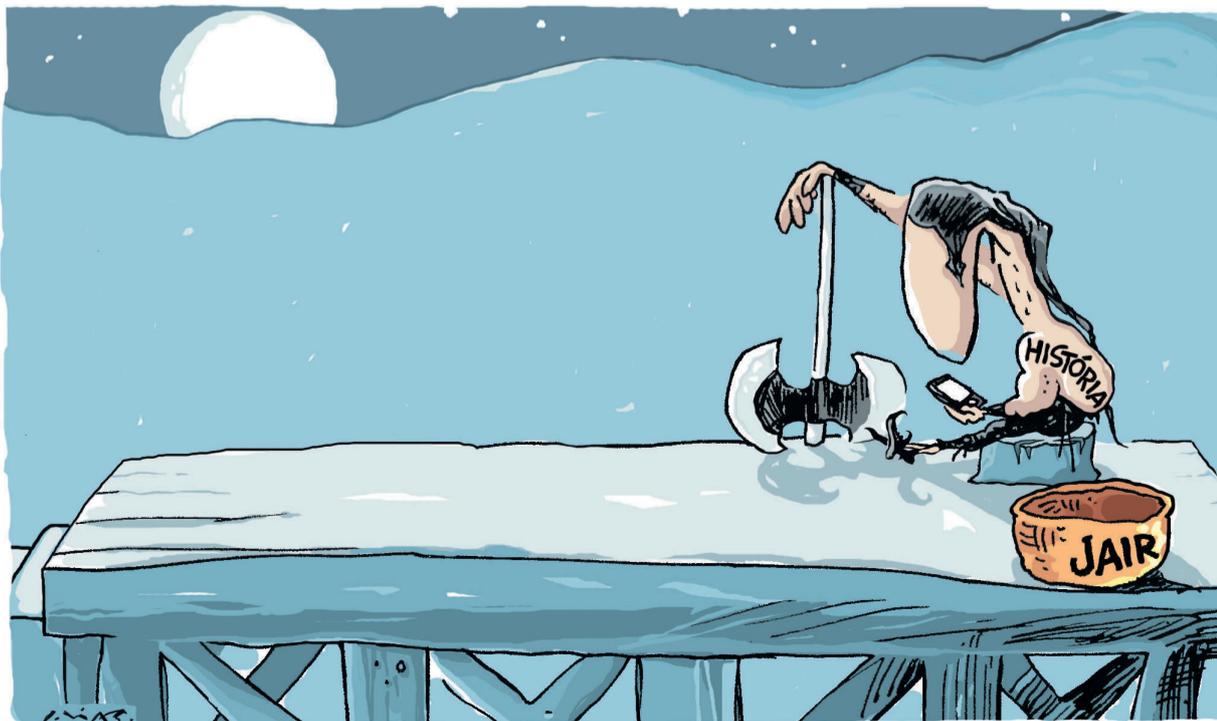
### 2022 exigirá dos educadores e educadoras um protagonismo ainda maior

dos ou indiretos, o obscurantismo e a deslegitimação do conhecimento encontraram terreno fértil e ambiente favorável para florescer e frutificar. Virar as costas para o processo eleitoral é tão ingênuo quanto participar, não fiscalizar e não acompanhar aqueles que elegemos.

Muitos desafios e uma certeza: que tempos melhores virão, mas somente com muita mobilização e luta. Que em 2022 possamos deixar de apenas resistir e possamos voltar a avançar para poder consumir nosso tempo e energia naquilo que também merece toda nossa mobilização, energia e dedicação: A EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Uma boa leitura!

## CHARGE DO ELIAS



## ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS



### LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2022 NÃO INTERFERE EM PROGRESSÕES E PROMOÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Neste mês de março de 2022 foi publicada a Lei Complementar 191/2022, que altera a Lei Complementar 173/2020 para dispor que as restrições de contagem de tempo, até 31 de dezembro de 2021, como período aquisitivo para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licença-prêmio e demais mecanismos que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, porém segundo a nova norma, não afetam os servidores da saúde e da segurança pública. Essa Lei Complementar 191 de 2022 não fez qualquer outra alteração.

Considerando a redação da nova norma, é compreensível que surjam algumas dúvidas sobre o alcance da proibição, no sentido de ser possível – ou não – a concessão de direitos como a progressão funcional, a promoção, avanços, licenças, dentre outros.

Dito isso, nos exatos termos da LC 173/2020, fica autorizada a contagem de tempo para fins de promoção, mudança de níveis ou progressão por titulação, uma vez que tais direitos estão expressamente previstos em leis publicadas anteriormente à declaração de calamidade pública e, portanto, incluem-se entre as parcelas expressamente excepcionadas pela LC n. 173, de modo que a sua concessão não pode, sob qualquer justificativa, ser obstada.

Isso não foi modificado agora em 2022 pela LC 191.

Sendo assim, os professores devem seguir solicitando as suas promoções funcionais previstas, e, na eventualidade de ocorrer qualquer restrição sob o fundamento da aplicação das Leis complementares 173/2020 e 191/2022, procurem o sindicato e a assessoria jurídica para avaliação da situação individual.

Heverton Renato M Padilha  
OAB/RS 074807B

## CAMPANHA SALARIAL

# PROBLEMAS SE ACUMULAM NO INÍCIO DO ANO LETIVO

Após dois anos de atividades remotas ou semipresenciais, falta de professores prejudica o retorno integral às escolas

Todos sabíamos que a volta às atividades presenciais nas escolas após dois anos de pandemia, trabalhando de forma remota ou escalonada, envolveria desafios a todos. Em sala de aula ou na organização administrativa, a readaptação está exigindo esforço extra de todos, sejam gestores, professores, pais e alunos. E, nesta conjuntura que já é complexa por si só, a abertura do ano letivo jogou luzes no maior dos complicadores: a morosidade da mantenedora para resolver os problemas.

Destacada na imprensa de Santa Maria e denunciada pelo Sinprosm nas primeiras semanas do ano letivo, a falta de professores continua mais de um mês após o início das aulas. Pelo levantamento publicado em 6 de março pelo Diário de Santa Maria, apenas 13 escolas estavam com o quadro completo e faltavam pelo menos 128 professores. No dia 25 de março, o mesmo veículo atualizou o número para 49 professores, porém com base em informações fornecidas pela SMED.

O Sinprosm fez um levantamento preliminar, na última semana de março. Em 44 escolas, faltam 35 professores em sala de aula, 27 no planejamento e 3 coordenadores pedagógicos. Impressiona o déficit dos monitores para o público-alvo da educação especial: 52. Estagiários (14), agentes administrativos (6) e serviços gerais (1) também são citados. “Sabemos que os problemas são muito maiores, principalmente por conta dos estagiários. Mas isso dá um panorama, mesmo que parcial, do tamanho do problema nesse início de ano”, comenta a coordenadora de Organização e Patrimônio, Juliana Moreira.

## ENSINO FUNDAMENTAL

Nas EMEF's o retorno trouxe novamente a convivência em grupo, tão importante para o desenvolvimento integral, mas a experiência complicada do ensino remoto deixou lacunas na aprendizagem. Para preenche-las, o caminho deve ser longo. E sem professores neste momento de readaptação, a dificuldade só aumenta.

Na EMEF Zenir Aita, duas turmas (1º e 4º anos) não foram abertas até agora devido à falta de professores. Um dos resultados diretos é a perda de alunos para escolas da região. Durante a visita do Sinprosm à escola, no dia 28 de março, a família de um aluno comunicou pelo Whatsapp a transferência para



Com turmas de primeiro e quarto ano fechadas por falta de professores, 12 alunos pediram transferência da EMEF Zenir Aita para escolas da região, como mostra o diretor João Venabaran

a EMEF Duque de Caxias. Nas duas turmas, já foram 12 transferências. “Não temos mais desculpas para dar aos pais com essa situação e não há previsão de resolver o problema”, comenta o diretor João Venabaran.

## EDUCAÇÃO INFANTIL

Grande parte da clientela que chega nas EMEI's é composta por crianças que convivem praticamente desde o seu nascimento (ou pouco mais do que isso) apenas na companhia de familiares próximos ou cuidadores. As restrições do final de 2021, com escalas longas, pouco permitiram que os pequenos tivessem uma vivência consistente nas EMEI's. “Março normalmente é um mês mais complicado pela adaptação dos pequenos, que exigem mais atenção, muitos ainda ficam no colo. Mas este ano está sendo ainda mais difícil”, conta a diretora Elisa Kummer, da CEI Casa da Criança. A escola tem duas turmas fechadas, de Berçário e Maternal, totalizando 42 crianças sem atendimento, além da falta de duas estagiárias, apoio essencial para o atendimento adequado.

O contexto é ainda pior pelo problema crônico com o telhado da escola, que se arrasta desde 2005. Com qualquer previsão de chuva, professores e funcionários preparam-

-se para o alagamento e as goteiras. Na tarde da visita do Sinprosm, em 24 de março, os baldes dominavam o ambiente mesmo que a chuva tenha arrefecido ainda de madrugada. “A gente se frustra muito cada vez que isso acontece”, comenta a vice-diretora Aline Zanatta.

## FALTA DE ESTRUTURA

O relato generalizado é da morosidade da mantenedora para dar encaminhamento às nomeações e contratações. O coordenador de Comunicação e Formação Sindical, Rafael Torres, pôde verificar, em uma auto-agenda na SMED, os motivos de tamanho atraso. “Todos os processos são manuais, em arquivos físicos, folhinha por folhinha. Não existe um sistema informatizado. Por mais que a equipe seja qualificada, se a secretaria não tem a estrutura necessária, as demandas vão ser represadas, ainda mais no início do ano”, relata.

Soma-se a isso o atraso nos planos de lotação das escolas. As gestões encaminharam os PLP's ainda em dezembro à SMED, como é de praxe, mas até o início de março não havia sido concluído, o que dificultou a movimentação dos docentes entre as escolas. A perspectiva é de que o problema ainda vá longe.

## CAMPANHA SALARIAL

# 21,05% MANTÉM BÁSICO LONGE DO PISO

Após dois anos sem a reposição da inflação, revisão aprovada na Câmara parece prêmio mas é migalha frente ao Piso Nacional

Com anos de atraso (e sem compensação), o Governo Pozzobom aprovou na Câmara de Vereadores em 15 de março, em duas sessões, os projetos de revisão salarial do funcionalismo municipal referentes às perdas inflacionárias de 2019, 2020 e 2021. Somados, os índices chegam a 18,89%. Para os professores, com a justificativa de alcançar o piso nacional, um projeto adicional, concedendo mais 2,16%. No total, a folha da categoria deve vir em março com acréscimo de 21,05%.

A coordenação sindical, bem como professores da rede e servidores do Executivo e do Legislativo, se fez presentes à sessão. Faixas denunciando o não pagamento do piso nacional e o descompasso entre o discurso político do Governo Pozzobom e a realidade de desvalorização da categoria chamaram a atenção nas redes sociais e na TV Câmara.

## NÃO É PISO

E por que o Sinprosm entende que ainda estamos longe do piso nacional? Agentes políticos (e até mesmo colegas da rede) questionaram a nossa defesa intransigente, em contraposição direta à tese do Governo Pozzobom, de que os professores recebem o piso. A resposta está na Lei Federal Nº 11.738, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 16 de julho de 2008:

**Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 3.845,63 mensais (valor atualizado), para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

**§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.**

Não resta dúvida de que o piso, em Santa Maria, deveria ser aplicado no Nível 1, Classe A do Plano de Carreira, contemplando a formação em nível médio. Como nossa carga horária é de 20 horas, o valor fica em R\$ 1.922,82.



Coordenação sindical, professores e servidores municipais na plateia da sessão da Câmara que aprovou os projetos do Executivo com o reajuste. Ao fundo, as faixas do Sinprosm denunciam a falta do Piso

## DE OLHO!

Dos 20 vereadores presentes em plenário (Werner Rempel, do PCdoB, se ausentou), 18 votaram a favor do projeto.

Repetindo a cantilena liberal da preocupação com o aumento de gastos, Pablo Pacheco (Progressistas) votou contra até mesmo a reposição da inflação aos servidores.

Roberta Leitão (Progressistas) declarou-se impedida de votar, com a estranha justificativa de ter parentes no funcionalismo.

- \* Adelar Vargas – Bolinha (MDB)
- \* Admar Pozzobom (PSDB)
- \* Alexandre Vargas (Republicanos)
- \* Anita Costa Beber (Progressistas)

- \* Professor Danclar (PSB)
- \* Delegado Getúlio (Republicanos)
- \* Givago Ribeiro (PSDB)
- \* Coronel Vargas (Progressistas)
- \* Luci Duarte – Tia da Moto (PDT)
- \* Manoel Badke (DEM)
- \* Marina Callegaro (PT)
- \* Pastora Lorena (PSDB)
- \* Paulo Ricardo (PSB)
- \* Ricardo Blattes (PT)
- \* Rudys (MDB)
- \* Tony Oliveira (PSL)
- \* Tubias Callil (MDB)
- \* Valdir Oliveira (PT)

A gestão de Pozzobom entende que não é desta forma. Devido ao fato de que os concursos públicos atualmente determinam o nível superior como formação mínima, não entram professores no serviço público com o Normal. Desta forma, o Nível 1 seria totalmente ignorando e o piso passaria a ser aplicado no Nível 2, Classe A, que seria então o estágio básico na carreira para este governo (vide tabelas salariais na página 5). Para alcançar este valor no Nível 2, além da reposição da inflação concedida a todos os servidores, Pozzobom tira da cartola o generoso reajuste de 2,16%, este sim o único aumento

real em seis anos à frente da prefeitura.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a Lei Federal 11.738 é constitucional. O Sinprosm mantém firme o propósito de fazer valer o seu texto original, com o caso judicializado desde 2011, porém ainda sem uma decisão.

Enquanto isso, o chefe do Executivo discursa de defensor da educação e alardeia uma pretensa valorização dos professores. É um engodo. Conduz uma política que achata a carreira e desvaloriza o magistério, transformando a elevada qualificação do nosso quadro em prejuízo financeiro.

**CAMPANHA SALARIAL****MESMO COM PRESSÃO, POZZOBOM CONTINUA A ACHATAR CARREIRA**

A diferença entre o básico e o piso nacional da categoria chega a 550 reais, quase 40%, com repercussão em toda a carreira

Desde a primeira reunião entre a nova coordenação e a administração municipal, em outubro do ano anterior, a reivindicação salarial esteve no centro do debate. Naquele momento, um requerimento administrativo foi entregue a Pozzobom solicitando a revisão salarial relativa aos dois anos anteriores. Com orientação da assessoria jurídica, o documento argumentava que a reposição inflacionária não era considerada aumento de salário, com base em decisões do Judiciário e tribunais de conta de diferentes estados. Desta forma, não estaria impedida durante a vigência da Lei Complementar 173/2020, que congelou o aumento de despesas com pessoal durante o estado de calamidade pública causado pela pandemia.

A reivindicação foi ignorada pelo governo. E, ainda pior: uma resposta ao requerimento só foi encaminhada ao Sinprosm dois meses depois, quando faixas foram colocadas em frente

ao centro administrativo denunciando a falta de retorno em 20 de dezembro. No ofício, havia a indicação de uma reunião a ser agendada em breve. Novamente, o breve demorou demais. Em 28 de janeiro, a coordenação fez uma auto-agenda no gabinete, em que um novo ofício foi protocolado com a reivindicação do recém aprovado novo piso nacional. O aumento de 33,23% anunciado pelo MEC elevava a diferença para o nosso básico a 69,41%.

Para que a categoria fosse ouvida sobre a estratégia da campanha salarial, uma assembleia online foi marcada para 3 de fevereiro. Mas antes, com a visível inquietação dos professores e próximo da volta às atividades presenciais, Pozzobom chamou o sindicato na manhã do dia da assembleia e garantiu que haveria reajuste nas próximas semanas. Com isso, a categoria decidiu aguardar o prazo dado para a apresentação de um índice e marcou nova assembleia

para o dia 22, véspera da volta às aulas. Nesta data, o governo anunciou, em vídeo, o índice de 21,05%. Sem detalhamento, sem ter um projeto protocolado na Câmara, a assembleia optou pela cautela, aguardando para avaliar o texto assim que chegasse ao Legislativo. Visitas e articulações ocorreram neste período, que culminou com a votação do dia 15 de março. O mais importante: ficou garantida a equidade entre ativos e inativos, uma das mais importantes bandeiras durante esta campanha salarial.

No entanto, como pode ser visto nas tabelas abaixo, a realidade salarial ainda está à anos luz do piso nacional. Com a revisão, a diferença fica em 39,9%. Como a repercussão é geral, os 550 reais de diferença no nível 1, classe A se transformam em 1.960 reais no final da carreira.

Fica a pergunta: a quem interessa achatar a carreira dos professores municipais de Santa Maria?

**TABELA DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS**

NÍVEL	Variação	CLASSE						
		A	B	C	D	E	F	G
		1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.134,68	1.248,15	1.372,96	1.510,25	1.661,17	1.827,96	2.010,66
NÍVEL 2	1,4000	1.588,55	1.747,40	1.922,15	2.114,36	2.325,64	2.559,16	2.814,92
NÍVEL 3	1,6800	1.906,27	2.096,89	2.306,58	2.537,24	2.790,77	3.070,99	3.377,91
NÍVEL 4	2,0160	2.287,52	2.516,27	2.767,89	3.044,69	3.348,93	3.685,19	4.053,47

**NOVA TABELA, APLICADOS OS 21,05%**

NÍVEL	Variação	CLASSE						
		A	B	C	D	E	F	G
		1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.373,53	1.510,88	1.661,97	1.828,16	2.010,84	2.212,75	2.433,90
NÍVEL 2	1,4000	1.922,95	2.115,23	2.326,76	2.559,44	2.815,19	3.097,86	3.407,46
NÍVEL 3	1,6800	2.307,53	2.538,29	2.792,12	3.071,33	3.378,23	3.717,44	4.088,96
NÍVEL 4	2,0160	2.769,04	3.045,94	3.350,54	3.685,60	4.053,88	4.460,92	4.906,73

**E COM OS 69,41% DO PISO NACIONAL?**

NÍVEL	Variação	CLASSE						
		A	B	C	D	E	F	G
		1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.922,26	2.114,49	2.325,94	2.558,52	2.814,18	3.096,76	3.406,25
NÍVEL 2	1,4000	2.691,17	2.960,28	3.256,31	3.581,94	3.939,87	4.335,47	4.768,75
NÍVEL 3	1,6800	3.229,40	3.552,35	3.907,58	4.298,33	4.727,85	5.202,57	5.722,51
NÍVEL 4	2,0160	3.875,29	4.262,81	4.689,09	5.158,01	5.673,42	6.243,07	6.866,99

## ARTIGO

# SANTA MARIA, A CIDADE QUE CUIDA DAS PESSOAS?

Cuidar.

Essa palavra encerra em si uma amplitude de sentidos e significados que se entrelaçam. Prioritariamente, está relacionado à preocupação, a atenção e a dedicação que direcionamos ao outro. É uma experiência de estar atento e acolher as demandas e as necessidades das outras pessoas. Não deve ser apenas uma prática pela prática. O cuidado com os outros exige um olhar ampliado, a tomada de decisões diante de cada nova situação ou obstáculo que surge, em prol do atendimento de necessidades comuns. Pode-se dizer que CUIDAR envolve escolhas: escolhe-se cuidar, escolhe-se para o que olhar, escolhe-se buscar soluções para os problemas que afetam os outros.

Cuidar da cidade! Cuidar das pessoas! Foi com essa promessa que o prefeito Jorge Pozzobom se reelegeu em 2020. É curiosa a concepção de cuidado que o prefeito demonstra, especialmente quando se trata da educação, pela qual ele se diz tão apaixonado. Nesse sentido, “cuidar de quem cuida” deveria ser uma das premissas de seu governo. Inclusive, ouviu-se de um dos secretários de governo, no final do ano passado, que precisávamos que o ano letivo de 2022 começasse com tranquilidade. No entanto, não é o que temos testemunhado neste primeiro mês de atividades nas escolas da RME.

O primeiro passo para garantir uma educação de qualidade é a valorização dos professores. São eles que tornam possível a efetivação do direito de crianças e jovens a serem cuidados, educados, terem acesso ao conhecimento e a desenvolverem-se como pessoas. O trabalho do professor ultrapassa os muros da escola e tem impacto direto no crescimento e no progresso das cidades e do país.

A Lei 11.738 de 2008, que institui o Piso Salarial Profissional do Magistério, trata sobre a valorização profissional dos professores. Essa lei se refere não somente às questões remuneratórias, mas também define diretrizes que orientam com relação às condições de trabalho de professores e professoras que, lá no fim das contas, se traduzem em uma educação de qualidade.

O que ocorre em Santa Maria é que essa lei vem sendo ignorada e descumprida pelo executivo municipal já há bastante tempo. Em termos salariais, o índice de



Charge do Elias publicada no Primeira Classe 219, de junho de 2019 e que, infelizmente, permanece atual

concedido ao magistério municipal em 2022 está muito aquém da defasagem de 69,41% acumulada nos últimos 8 anos, dos quais 6 foram sob o comando do prefeito Jorge Pozzobom! Portanto, 21,05% NÃO É PISO, senhor prefeito e secretários! E ponto!

Quando nos referimos às condições de trabalho, a lei também nunca foi cumprida na íntegra, especialmente para as professoras que atuam na educação infantil e nos anos iniciais. É bem verdade que estudos e debates vem ocorrendo já há algum tempo, e uma proposição vem sendo desenhada a fim de garantir 1/3 da carga horária semanal destinada a hora-atividade de professoras e professores da rede municipal, no entanto, ainda sem perspectiva de ser implementada. Em compensação, a demanda de trabalho imposta pelo retorno 100% presencial, nesse contexto que ainda exige atenção aos protocolos sanitários por conta da COVID-19, é cada vez maior e mais exaustiva.

Somada a estas questões, nesse início de ano letivo, que completou um mês em 23 de março, a rede municipal ainda enfrenta a falta significativa de professores, além da carência de estagiários que auxiliam as professoras no desenvolvimento das ações pedagógicas na Educação Infantil e de monitores para o acompanhamento e atendimento das necessidades dos estudantes público alvo da Educação Especial, situação que tem agravado as já precárias condições de trabalho de professores e gestores de escola, além de prejudicar os direitos e a aprendizagem das

crianças e dos estudantes.

Há que se observar também as questões estruturais das escolas da rede municipal, que permanecem há anos sem solução, e que vem oferecendo, inclusive, riscos para as comunidades escolares. A maioria dos prédios necessitando muito mais do que mera manutenção, mas agora de reformas importantes e urgentes. A procura por vagas e a fila de espera que aumenta, especialmente na etapa creche (0 a 3 anos), também denuncia a falta de investimento da prefeitura municipal na construção e ampliação de escolas.

É essa a ideia de cuidado que a prefeitura municipal tem demonstrado. É desse jeito que Santa Maria tem cuidado das pessoas. Até quando a valorização dos professores vai ficar apenas no discurso? Até quando os direitos de professores, crianças e estudantes serão negligenciados?

Se a educação for mesmo prioridade, precisamos muito mais do que palavras bonitas, promessas e declarações vazias de sentido. Se faz necessário um projeto que se desdobre em ações concretas e atitudes que garantam os direitos de todos: professores, famílias, crianças e estudantes.

**Juliana Corrêa Moreira**  
Pedagoga Mestre em Educação  
Coordenadora Pedagógica da EMEI  
Luizinho de Grandi  
Coordenadora de Organização e  
Patrimônio do Sinprosm

## Memória Sinprosm

# PARA SEMPRE, CIRCE

*Circe Terezinha da Rocha esteve na linha de frente das lutas da categoria antes mesmo da fundação do Sinprosm. Seu falecimento, em 15 de janeiro, consternou a todos. No reconhecimento à sua trajetória enquanto sindicalista, política, professora e colega, reproduzimos a entrevista publicada na sessão Memória Sinprosm da edição 214 do Primeira Classe, de setembro de 2018*



### VELHA NEGRA

Nasci, me criei, trabalhei e me aposentei em Santa Maria, uma das poucas da minha geração que ainda estão na cidade. Sou de uma família de classe média alta, considerada ovelha negra por todos serem de direita e eu de esquerda. Estudei sempre em colégio particular, primeiro no Coração de Maria, depois no Sant'Ana, até que consegui minha "independência" no ensino médio e fui para o Maria Rocha. Fiz o curso de história na UFSM e, antes mesmo de estar formada, comecei a trabalhar no município.

### PERSEGUIÇÃO

Comecei a dar aula na EMEF Dom Luiz Victor Sartori, no primeiro governo do Osvaldo Nascimento. Nessa época, junto com outros colegas militantes, fundamos a Associação dos Professores Municipais (APM). Sempre participei ativamente daquelas coisas que acreditava, e em 1980 o prefeito colocou toda a associação na rua. Alguns foram reintegrados, outros entraram na justiça, inclusive eu, que estava grávida em licença-gestante, e acabei ficando fora do município. Ele dizia claramente que estávamos trabalhando contra ele, enquanto que na verdade estávamos trabalhando a favor da nossa categoria. Mas essa era a visão dele, como foi depois na segunda gestão, quando nos atrasou salários. Mas aí já éramos sindicato, tínhamos respaldo.

### NA BRIGA

Já no primeiro governo do Farret eu passei no concurso e fui para a EMEF Fontoura Ilha, dar história nos anos finais. Nessa época a Rosmari me convidou para ir para a direção do sindicato com ela, já com uma série de dificuldades e na justiça com os municipais para ter arrecadação. Quando entrei já tinha uma pequena sede, na Rua Dr. Bozano. Fiquei oito ou nove anos na direção, depois que a Rose saiu, e fizemos brigas ferrenhas com todos os prefeitos. Para o magistério, assim como para a saúde, a prioridade fica só no discurso de todos os políticos de todos os partidos.

### PREFEITOS

O Valdeci foi o que não deixou atrasar nosso salário, por que quando ele entrou estávamos em uma

penúria terrível deixada pelo Osvaldo, com professores fazendo empréstimo para pagar as contas, em uma situação parecida com o governo do estado agora. Esse com certeza foi um dos piores momentos que vivemos, apesar do Farret também ter sido um grande perseguidor. O Behr vinha com o papinho que dava toda a inflação, mas quando chegava ao fim do mês a inflação já tinha comido tudo. O Valdeci colocou em dia, mas não acho que isso seja discurso nem para a direita nem para a esquerda, já que é direito de todo o trabalhador. Na prática não melhorou muito para nós, ainda que eu ache que teve um diferencial enorme com relação aos outros.

### CÂMARA

Há alguns anos as pessoas falavam que eu devia ser candidata a vereadora. O Dr. Farret, inclusive, acusava que eu estava sempre brigando por quer era candidata, sem sequer eu ter pensado no assunto. Aí a base começou a dizer para mim ser candidata. Em 2000 eu me elegi, com muito voto da base, mas também muito voto pulverizado. A categoria era a minha maior base, mas o meu compromisso também era com a sociedade. O que eu defendi estava escrito na carta programática do PT e cheguei a dizer para o partido que eles estavam rasgando o que foi escrito. O Valdeci era o prefeito, mas não quer dizer que eu fosse aceitar alianças, cargos dentro do governo, essa moeda de troca que te faz uma mariazinha-vai-com-as-outras e te aviltam politicamente. Cheguei a tomar uma comissão de ética por coisa que eu não fiz, provei com os meus ad-

vogados que eu tinha razão e é uma das coisas que me indignam muito, tanto que hoje não sou eleitora de Valdeci e Pimenta. No fim cheguei à conclusão que não era aquilo que queria e não quis mais concorrer.

### SINDICALISMO X POLÍTICA PARTIDÁRIA

Eu defendo que as pessoas não devam ser profissionais da política e sim dar chance para o novo, criar novas lideranças. O mesmo em direção de escola, no sindicato. Fiquei tempo mais do que suficiente no sindicato e quando me candidatei a vereadora eu me afastei, por que não acho que se deva misturar, embora tu tenha livre arbítrio para ter o partido que quiser. Agora, numa época eleitoral, não vejo o menor problema em alguém da direção declarar voto em alguém. É da democracia. Mas lá dentro eu acho muito problemático.

### HOJE

Mesmo que eu esteja afastada, isso não significa que eu deixei de ter posição e defender aquilo em que acredito. As pessoas me perguntam: por que tu está afastada? Eu trabalhei 27 anos, me aposentei, quero viver a minha vida enquanto tenho alguma coisa. Não vou ficar em casa tomando remedinho esperando a morte chegar. Não vou dizer que sou uma pessoa realizada, mas fiz as minhas opções, que foram boas mas não perfeitas (como todo ser humano...), e hoje me sinto uma pessoa livre.



*Circe liderou a manifestação que "enterrou" o governo de Osvaldo Nascimento em 1999*

## ATIVIDADES DE VOLTA AO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA



O Sinprosm oferece aos professores municipais sindicalizados diversas atrações no seu Espaço de Convivência. São oito diferentes atividades, distribuídas nos cinco dias em que funciona a sede da entidade.

Apesar da alegria do reencontro neste reinício dos trabalhos, a coordenadora dos professores aposentados, Vera Simon do Monte, reforça o cumprimento dos protocolos sanitários para evitar a disseminação do Novo Coronavírus. “O convívio dos colegas, principalmente os aposentados, que não estão mais no dia-a-dia da escola, traz vida ao sindicato. Valorizamos isso e vamos fazer de tudo para garantir que o espaço seja um lugar seguro. Ainda estamos em um momento onde os cuidados são necessários e contamos com a contribuição de todos”, enfatiza a coordenadora. O uso de máscaras, álcool-gel, respeito ao distan-

ciamento mínimo e comprovação de vacinação são exigidos para a participação das aulas.

O controle das vagas e agendamento são organizadas pelas coordenadoras das atividades. Para que mais sindicalizados tenham acesso às aulas, cada pessoa poderá participar de uma oficina. Confira as datas, horários e contatos de cada uma delas:

- ◇ **Consciência corporal (Prof. Tamara - 55 997142862):** segundas e quartas-feiras, 17 horas.
- ◇ **Reiki (Prof. Maria da Glória - 55 996757850):** segundas e terças-feiras, 14h30min.
- ◇ **Dança (Prof. Livia - 55 99644 5820):** terças-feiras, 14 horas.
- ◇ **Massoterapia (Regina - 55 99690 1831):**

terças e quintas-feiras, entre 9 e 11h30min, mediante agendamento.

- ◇ **Fit dance (Prof. Tamara - 55 997142862):** segundas e quartas-feiras, 18 horas.
- ◇ **Alongamento (Prof. Livia - 55 99644 5820):** terças-feiras, 15 horas.
- ◇ **Artesanato (Prof. Glenir - 55 99172 0616):** quartas e sextas-feiras, das 14 às 17 horas.
- ◇ **Dança de salão (Prof. Tamara - 55 997142862):** segundas e quartas-feiras, 19 horas.
- ◇ **Exercícios Hipopressivos (Prof. Cristiano - 55 99199 5607):** quartas e sextas-feiras, às 9 horas.
- ◇ **Pilates (Prof. Thais - 55 999781341):** quintas-feiras, às 9, 16 e 18 horas.

SINDICATO DOS PROFESSORES  
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

**Sinprosm**  
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08  
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040  
Santa Maria - RS  
Contato: (55) 3025-5458

COORDENAÇÃO:  
Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon  
Monte, Rafael Gomes Torres, Marta Hammel,  
Deise da Silva, Lenir Keller

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,  
REDAÇÃO, REVISÃO E  
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul  
Tiragem: 2.200 exemplares